

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.638 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 2003

## Senadores escolhem hoje os presidentes das comissões

Novos dirigentes, que serão definidos em reunião de líderes partidários marcada para as 11h, devem anunciar nos próximos dias os relatores das propostas que se encontram em tramitação em cada um dos colegiados

Célio Azevedo



Presidentes das comissões permanentes vão indicar relatores tão logo as lideranças encaminhem as listas de titulares e suplentes desses órgãos. A Secretaria Geral da Mesa do Senado informa que, de acordo com o Regimento Interno, os prazos de tramitação das matérias nas comissões são todos zerados com o início da nova legislatura. A composição das comissões obedece a proporcionalidade das bancadas na Casa.

PÁGINA 3



Célio Azevedo

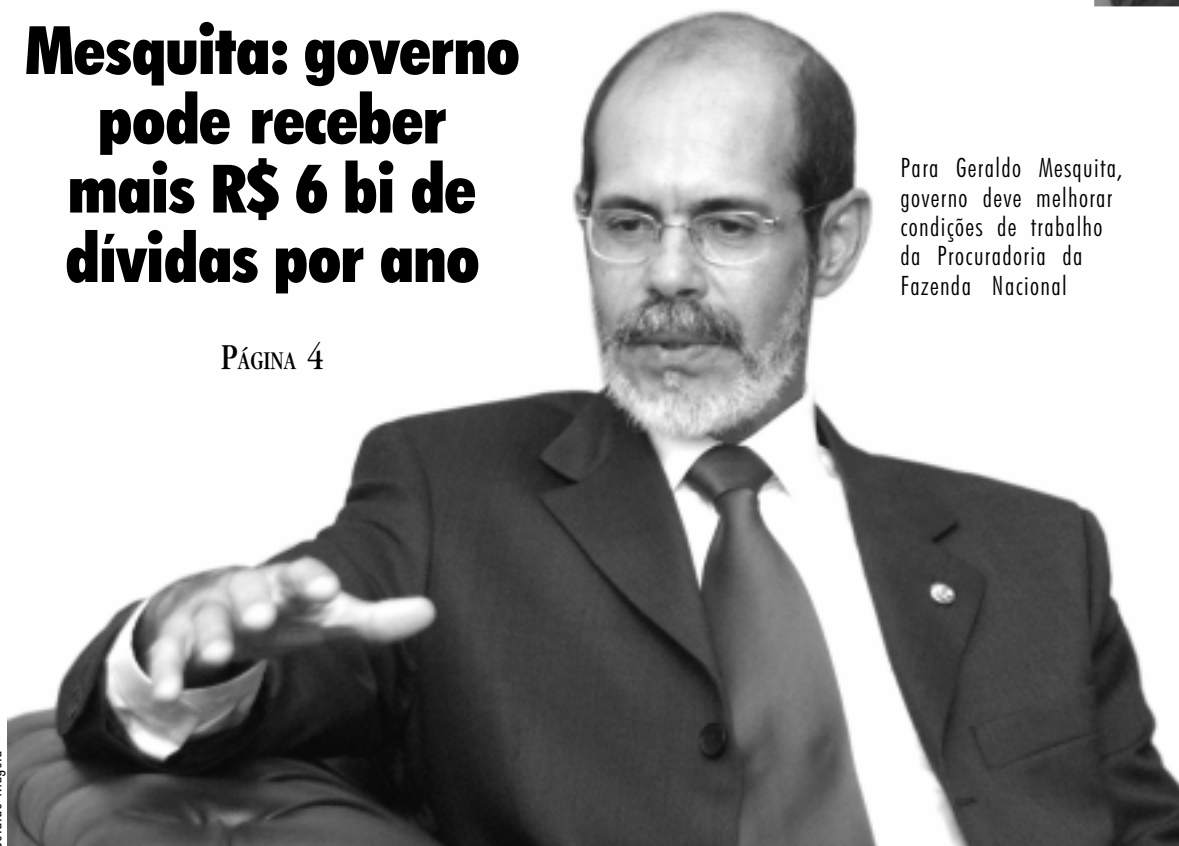
O líder do PT, senador Tião Viana, afirma que a definição dos presidentes das comissões está ocorrendo em clima de amplo entendimento

## Mesquita: governo pode receber mais R\$ 6 bi de dívidas por ano

PÁGINA 4

Para Geraldo Mesquita, governo deve melhorar condições de trabalho da Procuradoria da Fazenda Nacional

Geraldo Magela



## Transgênicos devem entrar em pauta na CCJ

Estão prontas para retornar à pauta da Comissão de Justiça duas propostas – de Marina Silva e Antonio Carlos Valadares – que prevêm moratória para os alimentos transgênicos.

PÁGINA 3

Valadares propõe que sejam suspensas até 2004 as ações para legalizar transgênicos

Roosevelt Pinheiro



# MP pode trancar pauta no reinício dos trabalhos

Medida Provisória 77, que recebeu projeto de lei de conversão, autoriza a renegociação das dívidas de agricultores familiares e pequenos e miniprodutores rurais, além de cooperativas e associações

## Fátima quer melhorar imagem de Rondônia

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou em entrevista à Agência Senado que a principal meta de sua atuação na Casa é resgatar a história, os valores e a imagem do seu estado. Ela disse que "outros parlamentares de Rondônia, infelizmente, macularam a imagem" daquela unidade da Federação, por terem se envolvido em diversos tipos de escândalos.

Além de ser a primeira mulher eleita pelo estado para uma Casa do Congresso, é também a primeira representante federal nascida em Rondônia. A senadora foi, ainda, a candidata mais votada nos 21 anos de história do estado, tendo obtido 233.365 votos.

As principais bandeiras que Fátima Cleide pretende defender no Senado são relativas a questões sociais, com ênfase na educação,



Fátima Cleide vai defender questões relacionadas a educação, meio ambiente e direitos da mulher

nos direitos da mulher e no meio ambiente.

— Quero contribuir para resgatar a auto-estima do povo de Rondônia. Vou trabalhar pelo desenvolvimento sustentável do estado e do país, pelas questões sociais, e, como educadora, trabalharei

pela melhoria da educação. Como mulher, vou lutar pela melhoria da qualidade de vida das mulheres — observou.

Fátima Cleide, que é presidente do PT em Rondônia, já militou no movimento de mulheres e pretende contribuir no que for possível para favorecer a igualdade entre os sexos. Para isso, ela disse que pretende atuar junto com a ex-senadora Emilia Fernandes, que atualmente ocupa o cargo de secretária nacional dos Direitos da Mulher.

Sobre as reformas tributária, política e previdenciária, que o governo deverá encaminhar ao Congresso ainda neste ano, a senadora disse que está se preparando para trabalhar no sentido de fazer valer as mudanças que a sociedade deseja.

## Senado se antecipou a debate sobre cinema

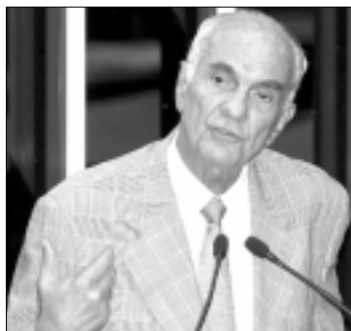
O presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), afirmou que os principais temas que serão debatidos na assembléia convocada pelo Congresso Brasileiro de Cinema integraram a pauta dos trabalhos do Senado nos dois últimos anos. O encontro se realizará hoje e amanhã, no Hotel Nacional de Brasília.

Saturnino citou como exemplo a regionalização e produção independente na televisão. Esse será o tema de palestra a ser feita pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). A matéria já foi aprovada no Senado, onde o percentual de 50% de programação voltada para a cultura local e regional, constante do projeto original, foi alterado para 30%, conforme parecer do então senador Casildo

Maldaner (PMDB-SC). O projeto retornou à Câmara.

Quanto à competência e às atividades da Agência Nacional de Cinema (Ancine), tema que será debatido por cinco cineastas no segundo dia da assembléia, o senador lembrou que foi durante uma audiência pública realizada pela Subcomissão de Cinema do Senado, em 2000, que o diretor Cacá Diegues apresentou pela primeira vez a proposta de criação de uma entidade com a incumbência específica de estabelecer uma política nacional para o audiovisual.

A presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, Assumpção Hernandez, informou que a assembléia será aberta com uma mesa composta por autoridades, que expõem as perspectivas de cada setor



Roberto Saturnino disse que principais temas da assembléia foram discutidos no Senado

oficial para o audiovisual no novo governo.

O presidente da Ancine, Gustavo Dahl; o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna; e o secretário de Cultura do Distrito Federal, Pedro Henrique Borio, entre outros, participarão do evento.

O Senado pode retomar seus trabalhos em 2003 com a pauta trancada. Para que isso ocorra, basta que seja lido em Plenário o projeto de lei de conversão da Medida Provisória 77/02. A MP autoriza a renegociação das dívidas de agricultores familiares, pequenos e miniprodutores rurais, e ainda de cooperativas e associações.

A operação é feita mediante a concessão de crédito para aquisição de títulos do Tesouro Nacional, com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A matéria trata da renegociação

de dívidas no âmbito do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procer), cujos mutuários estejam em dia com suas obrigações ou as regularizem até o próximo dia 31 de março. A renegociação está limitada a dívidas no valor de até R\$ 35 mil.

Os agentes financeiros oficiais são obrigados a informar, até 30 de maio, à Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria do Tesouro Nacional os montantes envolvidos nas repactuações e nas liquidações de obrigações.



Atividades do Plenário do Senado serão retomadas no próximo dia 18, com uma sessão não deliberativa

## Mecanismo foi introduzido em 2001

O trancamento da pauta do Senado por medida provisória, até que ela seja apreciada, é um mecanismo introduzido na Constituição pela Emenda Constitucional nº 32/01, que alterou o sistema de vigência e votação dessas matérias editadas pelo presidente da República. Antes da emenda, as MPs enviadas pela Presidência poderiam ser sucessivamente reeditadas até que fossem apreciadas pelo Congresso Nacional. Com as mudanças feitas em

2001, as medidas provisórias passaram a ter vigência de 60 dias, podendo ser prorrogadas por mais 60. Entretanto, se ao final de 45 dias, contados da publicação, não tiverem sido apreciadas, elas adquirem caráter de urgência na pauta de votações da Casa onde estejam em exame, impedindo que outras matérias sejam apreciadas.

A Emenda Constitucional 32 foi promulgada pelo Congresso Nacional depois de seis anos de tramitação.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Shessaenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## CCJ deve retomar debate sobre uso de transgênicos

Alçada à condição de prioridade no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a segurança alimentar também deve estimular debates no Congresso Nacional nesta legislatura. Já estão prontas para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Ci-



Marina propõe que cultivo seja proibido por cinco anos

dadania (CCJ), por exemplo, duas proposições que prevêm uma moratória para a produção e venda de alimentos à base de organismos geneticamente modificados (OGM) no país, também denominados transgênicos.

A matéria mais antiga em tramitação foi apresentada em 1999 pela senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), atual ministra do Meio Ambiente. Sua intenção é proibir por cinco anos o cultivo de organismo geneticamente modificado, bem como a importação, exportação e comercialização de alimentos derivados de OGM, seja para consumo humano ou animal. Esse prazo passaria a contar da data de vigência da lei.

Em caso de descumprimento, estão previstas a interdição ime-

diata da atividade e destruição dos produtos. A única ressalva dirige-se ao cultivo experimental para fins de avaliação de biossegurança, a ser realizado por entidades que pesquisam transgênicos que tenham instituído a Comissão Interna de Biossegurança (CIBio) e possuam Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB).

O outro projeto sobre o assunto é de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e determina a suspensão, até o ano de 2004, de todas as ações para legalizar a produção e comercialização de alimentos transgênicos. Também nesse projeto ficaria liberado o cultivo experimental de OGM por entidades certificadas em biossegurança.

Na CCJ, as propostas tramitam em conjunto. Ambas deverão também ser examinadas pelas Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE) antes de seguirem para a de Assuntos Sociais (CAS), encarregada de apreciá-las em decisão terminativa.

## Eurípedes defende Fome Zero como início de inclusão social

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) apóia a decisão do Executivo em eleger o combate à fome como a grande prioridade nacional e principal ponto do programa do novo governo.

— Acredito que o programa Fome Zero é um primeiro passo

para a inclusão do cidadão que não tem cidadania. Com fome, o cidadão deixa de ser sujeito da História, fica sujeito a qualquer pressão. O combate à fome ataca a raiz do problema — afirmou.

Para o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem reafirmando as propostas construídas ao longo da história do Partido dos Trabalhadores. Ele explicou que o projeto que levou o PT ao poder não foi produzido em laboratório, mas foi escrito por milhares de mãos que, agora, garantirão seu cumprimento.

Por isso, Eurípedes entende



Para Eurípedes, conflitos no PT serão sanados com debate

que o partido tem todas as condições para resolver seus conflitos internos. Ele analisa que o PT tem uma estrutura baseada na democracia e no cumprimento do consenso.

— Não podemos confundir partido com governo, mas

deve haver respeito mútuo que garanta a democracia interna. O que há são diferenças de método, mas há espaço para que o entendimento seja encontrado pelo convencimento. A pluralidade não enfraquece o partido. Pelo contrário, fortalece — disse Eurípedes.

Com relação às primeiras medidas do governo, o senador elogiou a composição feita com as forças políticas para a eleição das Mesas da Câmara e do Senado. No campo internacional, Eurípedes destacou a atuação de Lula, no sentido de transmitir confiabilidade ao projeto de governo do PT.

## Comissões terão novos presidentes e relatores

Líderes dos partidos, em reunião marcada para hoje, deverão anunciar composição dos colegiados para os próximos dois anos

Os novos presidentes das comissões permanentes do Senado deverão definir, nos próximos dias, os nomes dos relatores das propostas que se encontram em tramitação em cada uma das comissões, tão logo as lideranças encaminhem as listas dos senadores que vão integrá-las como titulares e suplentes. Os nomes dos presidentes daqueles colegiados deverão ser anunciados hoje, ao final da reunião dos líderes dos partidos, marcada para as 11h.

Segundo informações concedidas pela Secretaria Geral da Mesa do Senado, de acordo com o Regimento Interno, os prazos previstos para a tramitação das matérias nas comissões serão todos zerados com o início da nova legislatura.

Assim, se já houver decorrido 15 dias para a apreciação de uma determinada matéria que esteja na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que dispunha de 20 dias para se definir sobre o assunto, esse prazo, após a posse do novo presidente da comissão e a designação dos relatores, será zerado, sendo reiniciada a contagem dos 20 dias.

Os novos presidentes das comissões, ao assumirem seus postos para um mandato de dois anos,

deverão indicar os relatores das matérias em tramitação, podendo manter, caso queiram, os relatores antigos reeleitos e que tenham sido também indicados pelas lideranças dos seus partidos para integrarem a mesma comissão. A composição das comissões é feita de acordo com a proporcionalidade das bancadas no Senado.

### PARECERES

Tão logo assumam suas tarefas, os novos relatores poderão aceitar ou rejeitar os pareceres que porventura encontrem prontos sobre uma determinada matéria. Poderão, também, aproveitar somente parte desses pareceres, promovendo as modificações que acharem necessárias.

Ao contrário do que ocorre nas comissões, no Plenário os prazos não serão zerados, e as matérias retomam sua tramitação no estágio em que se encontravam ao final da última legislatura. Assim, se uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estava pronta para ser submetida ao primeiro turno de votação, ela será encaminhada para essa votação, não retroagindo à fase de discussões.

Apenas em casos muito excepcionais, o presidente do Senado poderá, por uma decisão política,

e após ouvir as lideranças, reenviar uma determinada matéria de volta às comissões, se entender que o projeto deva ser ali aperfeiçoado. Caberá ainda, aos novos presidentes das comissões, definir quais os projetos que devem entrar em pauta nas próximas reuniões desses colegiados.

### CMO

Na reunião de líderes de hoje, deverá também ser escolhido o nome do novo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Como o último presidente daquela comissão foi um deputado (José Carlos Aleluia, do PFL-BA), o próximo presidente será um senador, devendo a relatoria ser ocupada por um deputado.

Segundo está previsto na Resolução nº 2 do Congresso Nacional, as bancadas minoritárias terão direito a uma indicação nas comissões mistas fora do critério de proporcionalidade das bancadas, como é o caso da CMO, feita por meio de revezamento entre os partidos minoritários.

Ao abrirem hoje a reunião de líderes, os senadores já vão ter em mãos uma lista dos órgãos do Parlamento que terão de ser preenchidos, elaborada pela Secretaria Geral da Mesa.

## Escolha ocorre em clima de entendimento, diz Tião Viana

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), afirmou que a definição dos nomes dos novos presidentes das comissões permanentes do Senado está ocorrendo em clima de amplo entendimento entre os partidos, seguindo a ordem da proporcionalidade de representação e a tradição da Casa. Tião Viana disse esperar que a participação dos partidos nas comissões permanentes esteja plenamente definida após a reunião de hoje entre líderes partidários.

— Não houve nenhum ato de oportunismo político de qualquer partido — afirmou o senador.

As conversações em torno da presidência das comissões têm demonstrado, de acordo com Tião Viana, “maturidade política de todos os líderes”. Ele apontou

para a responsabilidade dos parlamentares frente aos desafios desta legislatura, ante a necessidade de reformas no âmbito do Estado.

O parlamentar pelo Acre adiantou também que o PT deverá ocupar a presidência da Comissão de Relações Exteriores (CRE) e da recém-criada Comissão de Legislação Participativa, que examinará as proposições de organizações da sociedade civil. Quanto à presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), anteriormente pleiteada pelo partido, deverá ficar com o PMDB, ainda pelo critério de proporcionalidade. Os peemedebistas, apesar da tentativa de convencimento pelo PT, não abriram mão de presidir a CAE. Quanto à Comissão de Constitui-



Tião Viana observa que entendimentos demonstram “maturidade política”

ção, Justiça e Cidadania (CCJ), deverá caber ao PFL.

Tião Viana descartou a hipótese de o PT obter a presidência de qualquer comissão com base no número de integrantes do recém-formado bloco do governo. Ele informou também que o bloco, formado, além do PT, PL, PTB e PSB, deverá somar 42 vagas nas comissões.

# Mesquita sugere que governo agilize cobrança de dívidas

Senador estima que receita da União pode aumentar em R\$ 6 bilhões ao ano se Procuradoria da Fazenda tiver condições adequadas de trabalho

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) disse ontem que o governo poderá aumentar em pelo menos R\$ 6 bilhões ao ano suas receitas se “der melhores condições à Procuradoria da Fazenda Nacional” para cobrar o que a União tem a receber. Mesquita é procurador da Fazenda Nacional e conhece a fundo os problemas da área tributária.

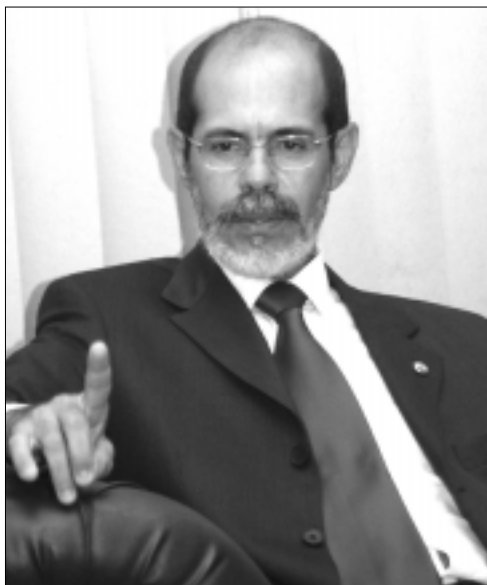
— A União tem a receber cerca de R\$ 150 bilhões. Por ano, consegue receber de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões, e esse valor pode mais que dobrar se a Procuradoria tiver melhores condições de trabalho — pondera o senador.

Melhores condições significam, entre outras coisas, pequenas alterações na legislação e apoio técnico, com a contratação de pessoal para trabalhar com os procuradores.

— A Procuradoria não pode nem sequer recolher bens de um contribuinte em dívida ativa, pois não tem onde guardá-los — informa.

Quase sempre o próprio contribuinte é indicado como fiel depositário do bem e, por isso, não tem pressa em pagar a dívida.

Geraldo Mesquita já esteve com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, a quem relatou os pro-



Na opinião de Geraldo Mesquita Júnior, reforma tributária pode até reduzir impostos

blemas que a União enfrenta para receber de seus devedores. O senador informou que os procuradores estão preparando documento com sugestões ao governo para tornar mais ágil a cobrança em dívida ativa.

Junto com outros dois senadores, o PSB de Geraldo Mesquita Júnior integra o bloco (PT-PTB-PSB-PL) de 24 senadores que apóia o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Para ele, o governo Lula “tem todas as condições de colocar o país em crescimento ao mesmo tempo em que executa amplo programa de correção de injusti-

ças sociais”. Mesquita diz que lutará pela aprovação da reforma tributária prometida pelo governo e acredita que será possível a redução de impostos simultaneamente ao aumento da arrecadação.

— Basta o Estado conseguir cobrar impostos de setores que hoje quase nada pagam e diminuir ou eliminar a cobrança de pequenos empresários e agricultores — afirmou.

A implantação de uma “verdadeira reforma agrária” será outra bandeira do senador pelo Acre em seus oito anos de mandato.

Para isso, ele diz que não bastará a distribuição de terras, mas sim oferecer total apoio aos assentados, inclusive com créditos subsidiados dos bancos oficiais. O parlamentar observa que hoje os grandes produtores rurais acabam ficando com a maior fatia do crédito oficial, quando eles têm todas as condições de tomar empréstimos nos bancos privados.

— O pequeno enfrenta tanta exigência, tanta burocracia, que desiste de lutar por um financiamento. Isso não pode continuar — acrescenta Geraldo Mesquita Júnior.

## Aumento do superávit é medida de prudência, afirma Jefferson

A decisão do governo de aumentar a meta de superávit primário (receita superior à despesa antes do pagamento dos juros da dívida pública) de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,25% foi considerada prudente pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). A medida, segundo o senador, era esperada, devido às incertezas prenunciadas pela guerra do Iraque.

— Com esse mundo de incertezas que nós vivemos, com turbulência se prenunciando com a guerra do Iraque, é iniciativa de prudência aumentar o superávit primário.

Além disso, o país precisa começar a romper o crescente endividamento, sob pena de crescer muito o risco Brasil e mergulhar a economia numa crise — afirmou Jefferson em entrevista ao programa *Voz do Brasil*.

A ampliação da meta de superávit primário resultará em cortes orçamentários definidos pelo Executivo. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, justificou que a medida demonstra que o governo vai manter as contas públicas sob controle, argumento também defendido por Jefferson Péres. O senador ressaltou, no



Jefferson Péres observa que alguns eleitores podem ficar frustrados com política econômica do governo

entanto, que isso poderá frustrar alguns eleitores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois dá continuidade à política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso.



Foto: Divulgação

Leonel Pavan terá audiência no Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação

## Pavan defende implantação de ZPE em Santa Catarina

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) quer a implementação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Imbituba, no sul do estado de Santa Catarina. Ele acredita que essa medida irá aquecer a economia e gerar novas opções de emprego e renda para aquela região.

Uma audiência para pedir a adoção da medida está marcada para o dia 17, às 11h, no Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), em Brasília, e contará com a presença do senador, do presidente da ZPE de Imbituba, Manoel Vítor Cavalcanti, e da direção do Porto de Imbituba.

— Contamos com o apoio irrestrito do governador Luiz Henrique e acreditamos que o processo também terá incentivo do governo federal, pois entre suas principais metas estão aumentar as ex-

portações, criar e preservar empregos — afirmou Pavan.

As zonas de processamento de exportação funcionam como áreas neutras de exportação, dando isenção total de impostos para as empresas nelas instaladas. Em 1994, decreto presidencial autorizou a instalação de ZPEs em 14 estados brasileiros, mas até agora nenhuma foi realmente implantada.

Para o presidente da ZPE de Imbituba, o processo de Santa Catarina é o que apresenta as melhores condições de execução efetiva no país, pois conta com obras de infra-estrutura e três projetos industriais já aprovados pelo CZPE, além de já contar com três empresas na área de móveis, eletrodomésticos e calçados candidatas à instalação, além de outras que estão com projetos em andamento.

## Isenção de impostos visa estimular as exportações

A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) é uma área de livre comércio cuja produção de bens destina-se exclusivamente à exportação. As empresas ali instaladas desfrutam de regime aduaneiro e cambial especial, gozando de isenção de tributos como o Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Fundo de Investimento Social (Finsocial), Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF). A legislação determina também

que as vendas de bens para a empresa localizada nessa área tenham o mesmo tratamento fiscal, cambial, creditício e administrativo aplicável às exportações. A internação da mercadoria produzida receberá o mesmo tratamento administrativo e cambial das importações.

O tratamento diferenciado às empresas da ZPE é assegurado por 20 anos, prorrogáveis por igual período. As ZPEs são de responsabilidade do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação e têm como legislação básica o Decreto-Lei nº 2.452/88 e a Lei nº 8.396/92.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior